

Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII

Monique Cristina de Souza Lordelo *

Resumo:

Vila Bela da Santíssima Trindade foi criada, em 1752, para ser a capital da capitania de Mato Grosso e ao redor da vila capital desenvolveram-se arraiais dedicados à mineração, e para trabalhar nas minas foram adquiridos escravos negros.

De modo geral, esses escravos, ao fugir de seus senhores dirigiam-se para locais de difícil acesso, dando origem a quilombos. Isto posto, o objetivo da pesquisa é levantar documentação que, juntamente com a devida análise bibliográfica, permita analisar a periodicidade das fugas, os locais de quilombos, o comércio de escravos para a capitania, e os registros sobre presença negra em território castelhano.

A documentação básica consiste nos “Anais de Vila Bela” e em documentação manuscrita pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Palavras-chave: capitania de Mato Grosso, escravos, quilombos.

Abstract

Vila Bela da Santíssima Trindade was created, in 1752, to be the capital of the captaincy of Mato Grosso and around the village capital developed tents dedicated to mining, and to work in mines were acquired slaves blacks.

In general, these slaves, to flee their masters directed for shelters in places of difficult access, giving rise to maroons communities. This put, the objective of research is to raise documentation that, together with the proper bibliographical analysis, allows to analyse the periodicity of the escapes, places of maroons communities, the slaves commerce for the captaincy, and the registers on black presence in Castilian territory. The basic documentation consists of the “ Annals of Vila Bela ” and of handwritten pertaining documentation to the Public Archive of the State of Mato Grosso.

Keywords: captaincy of Mato Grosso, slaves, maroons communities.

Apresentação

A discussão que desenvolvemos aborda a escravidão negra na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII, e as fugas de escravos negros para o lado castelhano. Algumas fontes utilizadas na pesquisa até agora foram os “Anais de Vila Bela 1734-1789” (AMADO; ANZAI, 2006), os “Anais do Senado da Câmara do Cuiabá 1719-1830” (SUZUKI, 2007), além de documentos da expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (SOARES; FERRÃO, 2007), e os Livros de Registros de Provisões, Portarias, Editais, Cartas Expedidas e Recebidas nos governos de Antonio Rolim de Moura e Luis Pinto de Souza Coutinho, pertencentes ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso¹.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação - Mestrado em História, da Universidade Federal de Mato Grosso. Bolsista Reuni.

¹ Até o momento só foi possível consultar esses dois governos, mas a proposta da pesquisa é consultar todos os governos que compreendem a segunda metade do século XVIII.

No desenvolvimento da pesquisa observamos que essas fugas não eram exceções, e que se constituíam em assunto importante para a administração portuguesa e espanhola na região do Guaporé, área de fronteira luso-espanhola. Observamos também que ainda são poucos os estudos sobre a presença negra na capitania Mato Grosso, e que são mais abordados aspectos referentes à escravidão na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

O historiador Jovam Vilela da Silva contribuiu de forma significativa para a construção da história dos negros em Mato Grosso, em “Mistura de cores: política de povoamento e população da capitania de Mato Grosso – Século XVIII”. O enfoque de sua pesquisa foi a população e demografia em Mato Grosso no século XVIII, um trabalho pioneiro, que traz questões novas sobre povoamento, a partir de uma análise detalhada das correspondências dos capitães gerais que governaram a capitania de 1751 a 1789, que foram Antônio Rolim de Moura, João Pedro da Câmara, Luiz Pinto de Souza Coutinho e Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. As fontes de Vilela foram obtidas no Arquivo Público de Mato Grosso, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, no Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, USP, e no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e seus estudos explicitam com detalhes as fugas frequentes dos escravos negros, tanto para a formação de quilombos como para as terras da Espanha. Destaca, ainda, a política de boa vizinhança entre Portugal e Espanha, o preço e a comercialização destes escravos (SILVA, 1995:14).

Maria do Carmo Brazil, em “Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso: 1718-1888” também se dedicou ao estudo da história da escravidão negra em Mato Grosso, especialmente os mecanismos de dominação utilizados pelos senhores, e as formas de resistência da mão-de-obra escravizada, lançando mão, além de documentação oriunda do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso e do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, também do arquivo do Fórum da Comarca de Corumbá.

Em “A terra da conquista: História de Mato Grosso Colonial”, de Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus encontramos alguns artigos que, em sua maioria, descreveram a prática urbana na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, e contribuem com este estudo ao registrar presença negra nesses espaços. (ROSA & JESUS, 2003). Outro trabalho que contribui para o desenvolvimento de nosso estudo é o de Maria Auxiliadora de Arruda Campos, “Escravidão urbana: cotidiano e rupturas Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá - século XVIII” (CAMPOS, 2009).

Os historiadores Flávio dos Santos Gomes e João José Reis também se dedicaram ao estudo da presença negra em território colonial luso americano, em “Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil”, que oferece um quadro geral da presença de quilombos em diversas regiões do Brasil. Na publicação de Gomes e Reis, Luiza Rios Ricci Volpato discutiu a formação de quilombos na capitania de Mato Grosso tanto no século XVIII e no XIX (GOMES; REIS, 1996). Também de Flávio dos Santos Gomes, “A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)” nos auxiliou a compreender as diferentes formas de resistência do escravo negro. Neste estudo foi destacada a escravidão negra na Amazônia, nas capitanias do Grão-Pará e Maranhão e também Mato Grosso. Observa-se que a região de fronteira com outros domínios não favoreceu somente as fugas de cativos localizados na capitania de Mato Grosso, mas também os da capitania do Grão-Pará e Maranhão, com destaque de um intenso movimento de fugas e formação de quilombos em áreas de fronteiras econômicas e políticas com as Guianas e Venezuela (GOMES, 2005).

A fronteira oeste

Vila Bela da Santíssima Trindade se localiza ao extremo oeste da capitania de Mato Grosso, e não foi erigida em um dos arraiais já existentes, mas sim construída em local escolhido, à beira do rio Guaporé, em um sítio denominado Pouso Alegre, fronteira natural com as terras da Espanha, para ser a capital da capitania de Mato Grosso, em 1752 (LUCÍDIO, 2006:7). Vila Bela foi a materialização de um objetivo da Coroa portuguesa, que ambicionava ocupar terras em litígio na fronteira luso-espanhola, no centro oeste sul americano.

A Vila capital estava localizada na repartição do Mato Grosso, diferente da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, mais desenvolvida na época, que ficava na repartição do Cuiabá. A repartição do Mato Grosso limitava-se, ao norte, com as capitanias do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a oeste com as missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos, e a leste e ao sul limitava-se com o rio Paraguai. Essas duas repartições, do Cuiabá e do Mato Grosso, correspondiam aos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

Vila Bela se localiza em uma região que sofria freqüentes cheias do rio Guaporé, e que se acreditava ser mais insalubre que outras. Para trazer moradores para o novo local, a Câmara de Vila Bela incentivou o comércio na vila e o proibiu nos arraiais, estimulou a construção de melhores casas na vila e proibiu a construção de novas casas nos arraiais, e a Coroa

portuguesa garantia isenções fiscais para os novos moradores (LUCÍDIO, 2006:9). Para o mesmo incentivo, em outubro de 1752, houve um bando de Antonio Rolim de Moura que também isentava de qualquer execução ou penhor os mineiros que possuísem mais de trinta escravos².

Em 22 de abril do ano de 1752, de acordo com o governador e capitão general Antônio Rolim de Moura, fundador da Vila, em carta escrita ao secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, na Vila havia apenas dezesseis casas, entre feitas e começadas, e muitos ainda viviam em ranchos em arraiais vizinhos. Rolim de Moura ainda expôs neste mesmo documento que o movimento comercial da Vila devia-se aos mineiros, e que as roças localizadas em arraiais distantes eram insuficientes para alimentar a população³. Seria, portanto, necessário, para trabalhar nas minas e na agricultura, escravo negro.

Esses escravos podiam chegar na capitania de Mato Grosso tanto vindos das capitanias do Grão-Pará e Maranhão, que abrangiam os atuais estados do Pará, Maranhão, Amazonas, Piauí, Acre, Amapá e parte setentrional de Mato Grosso, navegando pelos rios Madeira - Mamoré - Guaporé, por vias denominadas “monções do norte”, e também pelas “monções do sul”, pelas capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e, ainda, pela capitania da Bahia.

Na documentação analisada observamos a diferença dos preços dos escravos negros vindos pela monções do norte daqueles vindos pelas monções do sul. No Anal de 1775, vimos que os preços dos escravos vindos do Pará eram considerados “excessivos e exorbitantes” (AMADO; ANZAI, 2006: 196).

Já na documentação de Alexandre Rodrigues Ferreira, ele destaca que os escravos vindos do Rio de Janeiro, comparados com os vindos da Bahia em 1788, saiam “mais em conta”, pois todos eles eram “angolas e benguelas”, que, “para os trabalhos das minas aturam menos e fogem mais”, e também, pelo Rio de Janeiro, “não estendem os direitos da saída a mais de 5000 réis; além de não ser tão morosa aquela jornada”. No entanto, diz ainda que “pelo Pará, que ela em todo o sentido, principalmente pela navegação, sai a mais cômoda que pode ser, bem pouca ou nenhuma [compra] se faz; pelo menos nos dois últimos anos antecedentes. Donde se segue, que em Mato Grosso bom escravo não custa menos de 170\$000 réis” (SOARES; FERRÃO, 2007:57).

² Livro de registro do governo de Antonio Rolim de Moura e Luis Pinto de Souza Coutinho, livro C 06, estante 01, página 49.

³ Idem.

Fugas, capturas e formação de quilombos na fronteira oeste

Os escravos negros estavam sujeitos a uma dura legislação, cujo objetivo era controlar e coagir suas manifestações (VOLPATO, 1993:155). Para escapar desta repressão e punição, o escravo encontrou diversas formas de luta para adquirir sua liberdade, tais como fugas, formação de quilombos, suicídio e assassinato. A fuga para os quilombos foi a forma de luta mais freqüente para escapar da escravidão, e os fugitivos tomavam todo o cuidado para não serem recapturados. Em Mato Grosso, no século XVIII existiram diversos quilombos, como o do Quariterê ou Grande, que teve como governante a conhecida rainha Teresa de Benguela. Houve também o quilombo do Rio Sepotuba, e o quilombo do Rio Porrudos⁴. Nos Anais de Vila Bela há diversas menções sobre quilombos e, além dos citados acima, mencionam-se:

Na distância de sete léguas e meia, até o ribeirão das Pedras de Amolar, havia 22 saltos ou cachoeiras; o dito ribeirão trazia águas turvas, o que tem feito suspeitar haver por ele quilombo de escravos fugidos que mineravam, por ser aurífero aquele continente. (AMADO; ANZAI, 2006:238)

Existiam planos de fugas extremamente eficientes, em que o escravo sabia seu destino, e não ficava isolado nos quilombos. Analisando a documentação, observamos que os quilombolas faziam comércio com a vizinhança, e que os locais escolhidos por eles eram geralmente abundantes em caça e pesca, tinham suas próprias roças e podiam até mesmo praticar a extração de ouro, como demonstrou o documento acima. Para Gomes (2005:33):

Com estratégias de autonomia diferenciadas, mas ao mesmo tempo compartilhadas e estendidas, escravos e quilombolas conquistaram margens de autonomia, acesso, controle e utilização da terra, desenvolvimento de pequeno comércio e mesmo de uma microeconomia monetária.

Os quilombos ficavam em locais de difícil acesso, e ofereciam muita resistência, como, por exemplo, no quilombo do Quariterê, cuja destruição exigiu diversas expedições por parte da Coroa portuguesa, e mesmo depois de ter seus líderes capturados, em 1770, foi novamente povoado, até que em 1795, foi construída no local a aldeia Carlota.

As expedições que saíam à captura de escravos fugidos deveriam ser eficientes, pois havia grande despesa por parte dos senhores e das autoridades para destruir esses quilombos, já que não era barato manter uma expedição que poderia ficar meses pela mata. Essas expedições podiam ser formadas por capitães e soldados “das entradas” – conforme registrado na documentação –, e pedestres, dentre eles ex-escravos aquilombados, pardos e pretos forros.

⁴ No século XIX outros quilombos foram formados, como Roncador, Jangada, Serra Dourada e Rio Manso.

Um documento de 1795, do fundo da Governadoria do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, transcrito por Marlene Araújo, oferece minúcias sobre uma bandeira de 45 homens, que passaram mais de seis meses na mata em busca de negros fugidos (ROSA; JESUS, 2003:213-223). O documento descreve todo o trajeto da bandeira, da saída até sua volta à capital Vila Bela. A bandeira passou por vários quilombos, como o antigo quilombo do Piolho, quilombo do rio Pindaituba, quilombo da Mutuca, e ainda, encontraram ranchos de quilombolas às margens do rio Sararé. É um documento riquíssimo que, inclusive, já foi explorado por vários historiadores, dentre eles, Volpato (1993) e Gomes (2005).

De acordo com o artigo de Silvia Hunold Lara em “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”, “o termo capitão-do-mato aparece em diversa documentação colonial desde meados do século XVII, bem como a prática de pagar seus serviços por tarefa, ou seja, por negro fugido apreendido e entregue ao senhor” (GOMES; REIS, 1996: 85).

Um regimento dos capitães-do-mato de 1755 descreve quanto recebia cada um, dependendo de quão longe fosse a empreitada:

[...] Escravo apanhado desde o Rio Jauru até ao Rio Supetuva, pela entrada de baixo desde o Rio Jauru até o Paraguai e para a parte do Norte apanhado nos quilombos antigos no Rio Galera e seus sertões e pelo Aporé abaixo desde o sítio de S. Rosa até a última cachoeira deste distrito, cinquenta oitavas de ouro// Escravo apanhado nas entradas dos matos dos quilombos nas vizinhanças do Rio Aporé para a parte destas Minas e pelo Aporé abaixo desde o porto de João Belo até a casa redonda, vinte oitavas de ouro// Escravo apanhado nas vizinhanças dos Arrayais até seis léguas de distância e pello Rio Aporé abaixo ou para cima, quatro oitavas de ouro, e os dias até chegar a esta Vila uma oitava por dia [...]⁵

Na documentação, tanto dos Anais de Vila Bela quanto dos Livros de Registros, observamos que havia um acordo entre Espanha e Portugal que visava a devolução de escravos fugidos, no caso, os escravos que alcançavam as missões jesuíticas do outro lado da fronteira, nos domínios espanhóis, mas o acordo nem sempre era cumprido, já que era de interesse dos padres a presença daquela mão-de-obra.

Um dos documentos que podemos perceber está contido nos Livros de Registros do governo de Antonio Rolim de Moura, no qual consta carta em que o capitão general escreveu aos padres das missões espanholas pedindo que devolvessem os escravos que tinham fugido do seu território. No entanto, a justificativa dos padres para não devolverem era a de que os fugitivos imploraram para que não fossem devolvidos, já que seriam enquadrados no castigo de pena de morte, caso voltassem para o território português. Em 1761, Rolim respondeu a

⁵ Livro de registro do governo de Antonio Rolim de Moura, livro C 06, estante 01, página 100.

carta dizendo que era falsa a afirmativa de pena de morte, e que não existia tal lei, “nem antiga nem moderna” sobre o assunto, e que, no máximo, poderiam receber castigos particulares dos seus senhores⁶.

O Anal de 1786 também destaca:

Em 4 de outubro chegou das missões de Espanha o cabo-de-dragões Jorge Pompeu, com três escravos, dizendo que os padres curas lhe prometeram entregar quantos por ali aparecessem fugidos desta Capitania, o que é bem para duvidar, pelo que temos experimentado. (AMADO; ANZAI, 2006:258)

O Anal de 1776 levanta pistas sobre o fato de que escravos poderiam ser levados para o lado espanhol da fronteira por contrabandistas espanhóis e portugueses notificando, desse modo, a necessidade dos espanhóis de mão-de-obra escrava negra:

Tendo Sua Excelência notícia que os contrabandistas espanhóis que vinham trocar as mulas que haviam introduzido no fim do ano próximo passado por escravos, considerando que eles, nestas colônias, são da primeira necessidade, proibiu que se executassem tão prejudiciais convenções, impondo graves penas aos portugueses que as celebrassem, para o que se afixou e publicou um bando em 13 de março do presente ano. (AMADO; ANZAI, 2006:204)

Ao fazer uma análise sobre a quantidade de escravos negros fugidos da região de Vila Bela para terras castelhanas, encontramos dificuldades em relação aos números, já que os casos de fugas são citados de forma generalizada. São poucas as informações sobre o número exato de escravos fugidos, na maioria das vezes são destacadas as quantidades de negros recapturados, que foram trazidos de volta para o lado português da fronteira.

O custo de um escravo para o senhor era alto, e recapturar sua “mercadoria” era prioridade naquela época; o escravo dava lucro ao senhor, e conseqüentemente, à Coroa. Alexandre Rodrigues Ferreira detalha o acréscimo de valor no preço do escravo negro que saía da Bahia para chegar a Cuiabá. De acordo com as informações de Ferreira, as despesas com comboieiros, incluídos os direitos e despachos que pagam nos registros dos portos de mar e do sertão, somados com despesas de sustento e vestíário, um escravo mina não chegava ao Mato Grosso com valor menor do que 165\$000 réis (SOARES; FERRÃO, 2007:57).

Ferreira destaca os valores de algumas mercadorias naquela época, permitindo uma análise comparativa: um boi valia em média 2\$500 réis, um alqueire de milho, que como diz Alexandre era o pão da terra, custava até 600 réis, a arroba do açúcar produzido no país 4800 réis, e ainda, com o funeral de um escravo 6600 réis (SOARES; FERRÃO, 2007:61). Ou seja, pagava-se muito caro para ter e manter um escravo sob o domínio do senhor.

⁶ Livro de registro do governo de Antonio Rolim de Moura, livro C 05, estante 01, página 118.

Algumas considerações

A documentação analisada é oficial, porém, traz informações riquíssimas sobre o cotidiano das pessoas que viviam naquela época. Já que o trabalho do historiador é procurar os vestígios deixados, estas fontes estão repletas de “indícios”.

Analisando somente essa documentação é difícil saber o destino dos cativos quando chegavam em território espanhol. No entanto, podemos apontar que: a mão-de-obra escrava negra era de grande valor para os castelhanos; que a rota luso-espanhola era conhecida, e que os escravos negros sabiam o que iriam encontrar. De acordo com Flávio Gomes, “mais do que a floresta propriamente dita, era a região da fronteira o lugar seguro para fugitivos e quilombolas” (GOMES, 2005: 89).

Referências bibliográficas

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*. Passo Fundo: UPF, 2002.

CAMPOS, Maria Auxiliadora de Arruda. *Escravidão urbana: cotidiano e rupturas Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – século XVIII*. Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de mestrado, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Unesp; Polis, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). *A terra da conquista: História de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso século XVIII*. Cuiabá: UFMT, 1995.

SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a expedição philosophica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira as Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007.

SUZUKI, Yumiko Takamoto (Org.). *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993.